

05/09/2018 - 05:00

## Por que tão pouco mudou desde a crise?

Por **Martin Wolf**

"Aqui estou eu, de volta ao Tesouro [...] mas com uma grande diferença. Em 1918, a única ideia em mente da maioria das pessoas era voltar para antes de 1914. Hoje, ninguém se sente assim quanto a 1939. Isso vai fazer uma enorme diferença quando lidarmos com isso". John Maynard Keynes escreveu isso em 1942. E, de fato, fez diferença. Depois da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, as pessoas queriam mudar. Elas conseguiram o que queriam. A França chama o período que se seguiu de "les trentes glorieuses", os 30 anos gloriosos.



A estagflação dos anos 70 trouxe uma contrarrevolução: os anos 80 testemunharam uma mudança radical das ideias sobre o papel do Estado e dos mercados, sobre os objetivos das políticas macroeconômicas e sobre o trabalho dos bancos centrais. Aqui, novamente, o objetivo era uma transformação fundamental.

Então, o que aconteceu depois da crise financeira mundial? Os políticos e autoridades econômicas tentaram nos levar de volta ao passado ou nos enviar a um futuro diferente? A resposta é clara: voltar ao passado.

Para ser justo, eles tentaram voltar a um passado melhor. É o que aconteceu em 1918. Na ocasião, eles haviam acabado de sair de uma guerra devastadora. Portanto, as novas ideias se tratavam da paz - "segurança coletiva" e de uma Liga das Nações. Mas eles queriam voltar à economia pré-guerra, especialmente ao padrão-ouro. Em 1918, então, eles basicamente quiseram voltar a uma versão melhorada das relações internacionais do passado. Depois da crise de 2008, eles quiseram voltar à regulamentação financeira do passado, também em versão melhorada. Em ambos os casos, todo o resto deveria continuar do jeito que estava.

O principal objetivo das políticas econômicas do pós-crise era socorrer: estabilizar o sistema financeiro e restaurar a demanda. Isso foi conseguido colocando o balanço patrimonial dos governos para sustentar o sistema financeiro colapsado, reduzindo juros, permitindo déficits fiscais nas alturas no curto prazo, limitando a expansão fiscal discricionária e introduzindo novas e complexas regulamentações financeiras. Isso evitou um colapso econômico como o dos anos 30 e trouxe uma (fraca) recuperação.

Note como essas ações ficaram tão próximas ao consenso pré-crise sobre as políticas econômicas. Os bancos centrais agiram como instituições de crédito de última instância, como deveriam agir. Também desempenharam um papel dominante na estabilização macroeconômica, como a mentalidade pré-crise recomendava. Seu principal instrumento continuou sendo os juros, embora desta vez também tenham sido incluídas as taxas de longo prazo, porque as de curto prazo chegaram a zero. Pouco depois do pior da crise ter passado, a política fiscal rumou para

austeridade. O sistema financeiro está bem parecido ao que era antes, embora com um pouco menos de alavancagem, maiores exigências de liquidez e uma regulamentação mais rigorosa. Os esforços para reduzir o endividamento do setor privado foram modestos.

***Se aqueles que acreditam na economia de mercado e na democracia liberal não surgirem com políticas melhores, serão varridos. Uma versão melhor do mundo pré-2008 não vai ser suficiente. As pessoas não querem um passado melhor, querem um futuro melhor***

A crise financeira foi um fracasso devastador do livre mercado que veio na esteira de um período de crescente desigualdade em muitos países. Ainda assim, ao contrário do ocorrido nos anos 70, as autoridades econômicas mal questionaram o papel relativo dos governos e dos mercados. A noção predominante ainda considera "reformas estruturais" em grande medida um sinônimo de impostos mais baixos e desregulamentação do mercado de trabalho. Expressa-se preocupação com a desigualdade, mas pouco de concreto tem sido feito. As autoridades econômicas em grande medida não perceberam a perigosa dependência da demanda em relação a um endividamento cada vez maior. Atividades de monopólio e de "soma zero" estão difundidas. Poucos questionam o valor da vasta proporção de atividade do setor financeiro que continuamos tendo ou admitem os riscos de novas grandes crises financeiras.

Não é de surpreender que os populistas estejam tão populares, dada essa inércia, para não mencionar a experiência miserável de tantos cidadãos desde a crise e, em casos importantes, antes dela. A política abomina o vácuo. Ideias tão perigosas e desagregadoras como as do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ou do vice-primeiro-ministro da Itália, Matteo Salvini, caminham para ocupar essa lacuna. Ninguém é capaz de vencer algo sem ter outro algo a oferecer.

A persistência da lealdade a uma parte tão grande da noção predominante anterior à crise é assombrosa. A falha do keynesianismo nos anos 70 foi significativa, mas certamente não foi maior do que a combinação de baixo crescimento econômico e instabilidade macroeconômica produzida pela ortodoxia pré-crise. O que torna isso ainda mais chocante é que existe bem pouca confiança de que poderíamos (ou iríamos) lidar efetivamente com outra grande recessão, quanto mais com outra grande crise.

O que explica a complacência? Um motivo pode ser a ausência de boas ideias. O economista Nicholas Gruen argumenta exatamente isso em um artigo instigante. Há, no entanto, algumas ideias perfeitamente boas.

Alguns defendem que o financiamento para a compra de casas passe a basear-se em patrimônio em vez de em dívidas. Outros propõem a eliminação da possibilidade de dedução tributária dos juros das dívidas. Alguns apontam para o impacto perverso dos incentivos salariais aos executivos. Alguns argumentam de forma convincente a favor da imposição de maiores exigências patrimoniais aos bancos, rejeitando a justificativa de que isso iria atrapalhar o crescimento da economia. Outros questionam por que só os bancos têm contas nos bancos centrais. Por que cada cidadão não poderia ter? Alguns se perguntam por que não podemos usar os bancos centrais para escapar da dependência em relação ao crescimento alimentado por dívidas.

Mais além da esfera das finanças, parece cada vez mais claro que a proteção da propriedade intelectual foi longe demais. Também, por que não mudar a tributação das terras? Por que estamos deixando a tributação sobre o capital desmoronar? E porque não estamos tentando uma revitalização antitruste?

Pode ser que não tenhamos à disposição hoje uma nova ideologia que abranja tudo. Mas há, sim, boas ideias. Uma causa mais provável da inércia é o poder dos interesses estabelecidos. A economia de hoje que vive de renda e está mascarada como livre mercado é, afinal, imensamente recompensadora para os que são politicamente influentes.

A complacência dos que estão no centro, entretanto, é um convite para a raiva extremista. Se aqueles que acreditam na economia de mercado e na democracia liberal não surgirem com políticas melhores, os demagogos vão varrê-los do mapa.

Uma versão melhor do mundo pré-2008 simplesmente não vai ser suficiente. As pessoas não querem um passado melhor; querem um futuro melhor. **(Tradução de Sabino Ahumada).**

**Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT.**